

Carlos Eduardo Tremel de Faria

A COLABORAÇÃO PREMIADA E O MINISTÉRIO PÚBLICO

Teoria, Prática e Direito Comparado



**Florianópolis
2024**

Copyright© 2024 by Carlos Eduardo Tremel de Faria

Produção Editorial: Habitus Editora

Editor Responsável: Israel Vilela

Capa e Diagramação: Conrado Esteves

As ideias e opiniões expressas neste livro são de exclusiva responsabilidade dos Autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta Editora.

CONSELHO EDITORIAL:

<p>Alceu de Oliveira Pinto Junior UNIVALI - ESMSPSC</p> <p>Antonio Carlos Brasil Pinto UFSC (<i>in memoriam</i>)</p> <p>Cláudio Macedo de Souza UFSC</p> <p>Dirajala Esse Pruner UNIVALI - AMATRA XII</p> <p>Dóris Ghilardi UFSC</p> <p>Edmundo José de Bastos Júnior UFSC - ESMESC - Academia da PMSC</p> <p>Eduardo de Carvalho Rêgo UFSC</p> <p>Elias Rocha Gonçalves IPEMED - SPCE Portugal - ADMEE Europa - CREFAL Caribe</p> <p>Flaviano Vetter Tauscheck ESA-OAB/SC</p> <p>Francisco Bissol Filho UFSC - ESMSPSC</p> <p>Geyson Gonçalves CESUSC - UFSC - ESA OAB/SC</p> <p>Gilsilene Passon P. Francischetto UC (Portugal) - FDV/ES</p>	<p>Horácio Wanderlei Rodrigues FURG</p> <p>Jorge Luis Villada UCASAL (Argentina)</p> <p>José Sérgio Cristóvam UFSC</p> <p>Josiane Rose Petry Veronese UFSC</p> <p>Juan Carlos Vezzulla IMAP (Portugal)</p> <p>Julliana Ribello Goulart UFSC</p> <p>Juliano Keller do Valle UNIVALI</p> <p>Lauro Ballock UNISUL</p> <p>Marcelo Bauer Pertille UNIVALI - RICO DOMINGUES - PUC RS</p> <p>Marcelo Buzaglo Dantas UNIVALI - ESA OAB/SC - ALCANTE - DELAWARE</p> <p>Marcelo Gomes Silva ESMSPSC</p> <p>Nazareno Marcielno UFSC - Academia DA PMSC</p> <p>Paulo de Tarso Brandão UNIVALI</p>
--	--

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F224c FARIA, Carlos Eduardo Tremel de, 1981.
A Colaboração Premiada e o Ministério Público: Teoria, Prática e Direito Comparado/ Carlos Eduardo Tremel de Faria
1ª ed. Florianópolis: Habitus, 2024.
266 p.; 16 x 23cm
ISBN: 978-65-5035-110-6
1. Processo Penal 2. Delação Premiada 3. Ministério Público 4. LEI N.º 12.850/2013 - Brasil I. Título
CDU 343.292

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e seus §§ 10, 2o e 3o, Lei n.º 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n.º 9.610/98).



Todos os direitos desta edição reservados à Habitus Editora.
www.habituseditora.com.br habituseditora@gmail.com

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
<i>Fábio de Souza Trajano</i>	
INTRODUÇÃO	17
1. ESTUDO DO CASO: ADI N.º 5.508	19
1.1. Objeto da ADI n.º 5.508	21
1.2. Os fundamentos do acórdão do STF	23
1.3. Consequências práticas do acórdão	26
2. COLABORAÇÃO PREMIADA E A LEI N.º 12.850/2013	29
2.1. Escorço histórico	29
2.2. Conceito e espécies	35
2.3. Distinções terminológicas e diferenças com outros institutos jurídicos	40
2.4. Críticas: aspectos contrários e favoráveis à colaboração premiada	45
2.5. Constitucionalidade da colaboração premiada	49
2.5.1. Direito ao silêncio	51
2.5.2. Ampla defesa	52
2.5.3. Isonomia	54
2.5.4. Proporcionalidade	56
2.6. Natureza jurídica	59
2.7. Tratativas preliminares, indeferimento e termo de confidencialidade	64
2.8. Momento	67
2.9. Requisitos	69
2.9.1. Elementos de Existência	69

2.9.2. Elementos de Validade	69
2.9.2.1. Voluntariedade	69
2.9.2.2 Voluntariedade e colaboradores presos	72
2.9.3. Eficácia e homologação judicial	78
2.9.4. Competência	80
2.10. Retratação da proposta e rescisão do acordo	83
2.10.1. Colaborador "reincidente"	86
2.11. Regra de corroboração	88
2.12. Ordem das alegações finais do colaborador e delatado	92
2.13. Benefícios	95

3. A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA PERANTE O DIREITO ESTRANGEIRO E SUA RELAÇÃO COM A POLÍCIA JUDICIÁRIA	103
3.1. Estados Unidos da América (EUA)	104
3.1.1. Princípio da oportunidade	104
3.1.2. Controle da investigação	108
3.1.3. Júri e ascensão da justiça negociada	109
3.1.4. <i>Cooperation agreement</i>	119
3.2. Itália	126
3.2.1. Escorço histórico	126
3.2.2. Reformas processuais e introdução de mecanismos de consenso	129
3.2.3. Colaboração processual	137
3.3. Alemanha	142
3.3.1. Noções introdutórias	142
3.3.2. Justiça negociada	145
3.3.3. Colaboração premiada (<i>Kronzeugenregelung</i>)	149
3.4. Portugal	156
3.4.1. Noções introdutórias	156
3.4.2. Direito premial	160
3.5. Comparações com a colaboração premiada brasileira	168

4 .0 MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA À LUZ DA CRFB.....	179
4.1. Características do sistema processual brasileiro.....	180
4.2. As atribuições do Ministério Público no sistema jurídico brasileiro....	190
4.3. A relação entre o Ministério Público e a polícia judiciária na investigação criminal brasileira	192
4.4. Princípios da ação penal pública no Brasil.....	199
4.5. A imparcialidade do Ministério Público na persecução penal.....	206
4.6. Críticas ao acórdão n.º 5.508	209
5. CONCLUSÃO	237
BIBLIOGRAFIA.....	241
JURISPRUDÊNCIA CITADA	259
LEGISLAÇÃO	263
MATERIAL OBTIDO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES	265